



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 34ª Vara Cível da Capital

Avenida Desembargador Guerra Barreto - Fórum do Recife, S/N, Ilha Joana Bezerra, RECIFE - PE - CEP: 50080-900
F:(81) 31810520

Processo nº **0029284-16.2023.8.17.2001**

AUTOR(A): -----, -----, -----

RÉU: -----

SENTENÇA

Vistos, etc ...

Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais ajuizada, originalmente, por -----, menor impúbere, representado por sua genitora -----, em face da empresa -----, na qual buscava o fornecimento de tratamento domiciliar de alta complexidade (home care), conforme prescrição médica, sob regime de urgência.

Narrou que era *“portador da síndrome do epiléptica, CID G40.2, a síndrome é a alteração temporária e reversível do funcionamento do cérebro, que não tenha sido causada por febre, drogas ou distúrbios metabólicos e se expressa por crises epilépticas repetidas, além de encefalopatia crônica progressiva, CID G93.4, atraso global do desenvolvimento neuropsicomotor, CID F84, doença do refluxo gastroesofágico, CID K21, estado de mal convulsivo super refratário, CID G41.2, que causou sequelas neurológicas fazendo com que tenha que se alimentar e se medicar por sonda gastrostomia.”*

Ainda, afirmou que recebeu a negativa tácita do tratamento requestado.

Em sede de tutela de urgência, requereu o imediato fornecimento do HOME CARE de forma plena em empresa diversa da ré, conforme requisição do médico.

Pugnou, inclusive, pela reparação por danos morais na ordem de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Denegou-se a tutela de urgência (id. 132918564).



Devidamente citada, a demandada atravessou Contestação (id. 133432511), por intermédio da qual, em sede de preliminar, impugnou o valor atribuído à causa.

No mérito, afirmou que “o HOME CARE NÃO foi inserido dentre aquelas de cobertura obrigatória pelos planos de saúde”.

Por fim, pugnou pela improcedência dos pleitos autorais.

Com o falecimento do autor originário, requereram sua habilitação nos autos seus genitores, ----- e -----, com vistas à continuidade da demanda para fins indenizatórios.

Deferida a tutela de urgência em sede recursal pela 2ª Câmara Cível do TJPE, os autos seguiram para instrução. Após o óbito do menor, foi deferida a habilitação dos pais como sucessores processuais (ID nº 194811167). A ré, por sua vez, opôs embargos de declaração, requerendo a extinção do feito por suposta intransmissibilidade da obrigação de fazer.

É o relatório. Passo a fundamentar e decidir.

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ----- contra decisão que deferiu a habilitação dos herdeiros do menor falecido, ----- e -----, nos autos da presente ação ordinária.

A embargante alega que a decisão embargada incorreu em omissão, por:

- i) não extinguir o feito em razão da suposta intransmissibilidade da pretensão;
- ii) não exigir prova da hipossuficiência dos herdeiros habilitados para fins de justiça gratuita;
- iii) não se manifestar sobre a habilitação de novo patrono.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do CPC, cabem embargos de declaração quando houver, na decisão judicial, obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não é este, contudo, o caso dos autos.

I – Inexistência de omissão quanto à extinção do feito

A alegação de que a pretensão seria intransmissível revela-se equivocada. De fato, o pedido inicial versava sobre obrigação de fazer (fornecimento de tratamento home care), contudo, com o falecimento do menor, restou convertida em pretensão indenizatória, fundada na recusa indevida da cobertura de tratamento de saúde, o que é plenamente transmissível aos herdeiros, nos termos do art. 110 do CPC.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é clara ao reconhecer a transmissibilidade da pretensão indenizatória:

(STJ - AgInt no REsp: 1765336 MG 2018/0232032-5, Relator.: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Publicação: DJ 16/06/2020)

O que se busca, neste momento, não é mais o cumprimento de obrigação personalíssima, mas a responsabilização civil por ilícito contratual pretérito, decorrente da negativa injusta de cobertura, o que não se extingue com a morte do beneficiário original.

Portanto, não há qualquer omissão na decisão embargada quanto à suposta necessidade de



extinção do feito.

II – Da alegada omissão quanto à concessão da justiça gratuita

Tampouco há omissão nesse ponto. A declaração de hipossuficiência apresentada pelos sucessores goza de presunção de veracidade, nos termos do art. 99, §3º, do CPC. A embargante não trouxe qualquer elemento concreto que infirmasse essa presunção, limitando-se a impugnação genérica, desprovida de prova idônea.

A jurisprudência local confirma tal entendimento:

“A declaração de hipossuficiência tem presunção de veracidade, cabendo à parte contrária o ônus da prova em sentido contrário.” (TJPE – AC 0015432-20.2017.8.17.0001 – Rel. Des. Itamar Pereira – DJe 21/02/2022)

Logo, não há omissão a ser sanada neste ponto.

III – Da alegada omissão quanto à anotação de novo patrono

A nomeação de novo patrono pode ser registrada nos autos mediante petição própria, o que não depende de decisão judicial para sua validade. Além disso, eventual omissão quanto à anotação do nome do advogado nas publicações não configura vício que enseje a oposição de embargos de declaração, nos moldes do art. 1.022 do CPC.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração opostos por -----, por inexistência de omissão, obscuridade, contradição ou erro material na decisão embargada.

Antes de analisar o mérito da causa, faz-se necessário o enfrentamento da **preliminar** suscitada pela parte demandada.

A demandada impugnou o valor atribuído à causa, qual seja, R\$ 1.696.000,00 (um milhão e seiscentos e noventa e seis mil reais), sob o argumento de ser estratosférico.

Ora, considerando que o autor, em sua petição inicial, sem qualquer respaldo técnico, atribuiu ao tratamento perseguido o valor estimado de R\$ 1.596.000,00 (um milhão e quinhentos e noventa e seis mil reais), entendo por bem o decotar, principalmente por conta do óbito do autor (id. 172364223), que se deu em **17/07/2023**.

Pois bem, levando-se em consideração o documento de id. 128695681 (orçamento – de 16/03/2023), percebe-se que o custo do tratamento mensal gira em torno de R\$ 133.258,50.

Ora, como o autor faleceu em 17/07/2023, tem-se que o tratamento durou por 4 meses. Portanto, R\$ 133.258,50 vezes quatro é igual a R\$ 533.034,00 (quinhentos e trinta e três mil e trinta e quatro reais). Logo, acrescendo-se R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a referenciado montante, chaga-se ao valor de R\$ 633.034,00 (seiscentos e trinta e três mil e trinta e quatro reais), que deve coincidir com o valor da causa.

Dessa forma, com base no §3º, do art. 292 do CPC, entendo que o valor atribuído à causa deve ser o de R\$ 633.034,00 (seiscentos e trinta e três mil e trinta e quatro reais).

Passo à análise do mérito.

I – Da responsabilidade da ré e do direito à indenização

A negativa de cobertura contratual para o tratamento indicado como necessário por profissional médico configura recusa indevida de cobertura, ensejando violação do dever contratual de boa-fé e



assistência à saúde. Ressalte-se que a prescrição de internação domiciliar, com assistência 24h por técnico de enfermagem, foi clara e fundamentada no laudo médico de ID nº 128695679, nos seguintes termos:

“O não cumprimento com urgência no processo de desospitalização do paciente pode ocasionar piora no processo de reabilitação e aumentar o risco de infecções hospitalares com bactérias multirresistentes que podem ocasionar a piora clínica do mesmo e até a morte.”

Ainda, conforme consignado pelo Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, ao conceder a tutela no Agravo de Instrumento nº 0011715-54.2023.8.17.9000:

“(…) entendo que contexto fático apresentado cuida de uma expressa internação domiciliar, mesmo que utilizado o termo ‘assistência’, diante das declarações prestadas pelo médico assistente, inclusive porque há necessidade de atenção a tempo integral ao paciente com quadro clínico mais complexo.”

A jurisprudência é pacífica ao reconhecer a abusividade da negativa de cobertura de tratamento indicado pelo médico, sobretudo quando há risco de agravamento do quadro clínico ou óbito:

A súmula n. 7 do TJPE é preclara ao aduzir que “É abusiva a exclusão contratual de assistência médico domiciliar (home care)”

Portanto, é evidente que a conduta da requerida ocasionou não apenas a não prestação de assistência devida, como agravou a situação de angústia dos pais e do menor, dando ensejo à indenização por danos morais.

II – Da sucessão processual e transmissibilidade da pretensão

A embargante sustentou, em seus embargos de declaração (ID nº 193225310), que a morte do autor ensejaria a extinção do feito, por tratar-se de pretensão intransmissível.

Contudo, conforme salientado nas contrarrazões aos embargos de declaração (ID nº 194811167), e em consonância com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça:

“É transmissível o direito à indenização por danos morais e materiais decorrente de falecimento.” (STJ – AgRg no REsp 1.352.271/SP – Rel. Min. Marco Buzzi – DJe 10/06/2014)

Além disso, a jurisprudência do TJPE também já se posicionou no sentido de que:

“A negativa de cobertura fundada em cláusula abusiva de contrato de assistência à saúde pode dar ensejo à indenização por dano moral.” (Súmula TJPE nº 35)

Portanto, a pretensão indenizatória subsiste e é transmissível aos herdeiros da parte falecida, devendo prosseguir a presente ação em nome dos sucessores habilitados.

Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTES OS PLEITOS AUTORAIS, para:

Reconhecer a abusividade da negativa de cobertura contratual por parte da ré;

Condenar a parte requerida a indenizar os autores pelos danos morais sofridos, que arbitro em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com correção monetária a partir desta sentença pelo IPCA e juros de mora de 1% ao mês a contar da citação até 28/08/2024. A partir de 29/08/2024, os juros moratórios deverão corresponder à diferença entre a Taxa SELIC e o IPCA, nos termos dos artigos 389, parágrafo único e 406, §1º, do Código Civil, com redação dada pela Lei nº 14.905/2024;



Rejeitar os embargos de declaração opostos pela parte ré, nos termos das contrarrazões ofertadas pelos sucessores habilitados.

Condeno a parte ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação (obrigação de fazer e obrigação de pagar), nos termos do art. 85, §2º, do CPC.

Publique-se e se intinem, observadas as cautelas legais.

Certificado o trânsito em julgado, e nada sendo requerido após o prazo de 15 (quinze) dias, remeta-se os autos ao arquivo com anotações de estilo, sem prejuízo de eventual posterior ingresso de cumprimento de sentença.

Em caso de interposição de recurso de embargos de declaração, intime-se a parte embargada, para que, querendo, apresente contraditório no prazo de 5 (cinco) dias, retornando os autos conclusos após decurso do prazo.

Para a hipótese de ser apresentado recurso de apelação, proceda-se com a intimação da parte recorrida para que apresente contrarrazões, querendo, no prazo de 15 dias. Encerrado dito prazo, remeta-se os autos ao Tribunal de Justiça.

Recife-PE, data registrada no sistema.

Juiz de Direito

